

As 'Cidades Medievais' de Henri Pirenne: contributo para uma Geo-historiografia da Europa.

José Ramiro Pimenta

Departamento de Geografia da

Faculdade de Letras da

Universidade do Porto

CITCEM

«Both lay and mystic at the same time, the burghers of the Middle Ages were thus singularly well prepared for the *role which they were to play* in the two great future movements of ideas: the Renaissance, the child of the lay mind, and the Reformation, towards which religious mysticism was leading»

Henri Pirenne, *Medieval Cities: their origins and the revival of trade*. Princeton, 1925, Princeton University Press.

Resumo

Este breve estudo desenvolver-se-á ao redor de alguns pontos específicos: i) desde logo, a um nível mais teórico, apresentar algumas características do que pode ser uma 'geografia-história' do Conhecimento, especificamente do Pensamento histórico, a que chamo 'geo-historiografia'; ii) em segundo lugar, a aplicação de um programa teoricamente assim definido a uma situação histórica e geograficamente situada: uma tradição de investigação associada à investigação de Henri Pirenne (1862-1935), centrada na questão da emergência da economia e sociedade medievais, e do papel da cidade nessa evolução; iii) a identificação dos 'pontos', 'linhas' e 'regiões' que fixam este programa de investigação ao lugar e à época de que emerge; iv) finalmente, regressar ao problema conceptual de que se parte, e que é afinal o de justificar a necessidade de uma dimensão geográfica nos estudos de história da Ciência e da sua especial aplicabilidade ao domínio do Pensamento histórico.

Palavras-chave: Geo-historiografia; Henri Pirenne (1862-1935); Europa; Idade Média

'Geo-historiografia' (breve caracterização)

Pode parecer estranho ver um geógrafo a tratar de temas de historiografia; porém, todos os espaços de convivência teórica entre as várias disciplinas são hoje bem vindas e participam amplamente das várias inflexões a que a teoria social foi sendo submetida nas últimas décadas. Uma geografia da História pode fazer-se e por isso propõe-se aqui a intenção de fazê-la no domínio especial da geografia histórica e cultural da evolução do Pensamento histórico: pois se esta evolução tem uma história seguramente deverá ter também uma geografia (Pimenta 2007a, 2007b, 2008a, 2008b, 2008c).

O tema deste estudo debruça-se sobre a pesquisa histórica de Henri Pirenne (1862-1935), especificamente sobre a sua obra sobre as cidades da Idade Média (1925), e dela se retirarão os diversos elementos necessários a uma caracterização geo-históriográfica. Na última parte tentar-se-ão levantar algumas hipóteses sobre o modo como o trabalho de investigação do autor pode remeter para o ambiente cultural e social do período histórico a que pertence, como exemplar de uma proposição que cremos ser geral para as todas as formas de produção científica – a indissolubilidade das margens política e intelectual dos seus programas de pesquisa.

Nesta breve introdução dedicarei algumas linhas a explicitar um modelo de análise histórico-geográfica da produção do conhecimento científico, que desenvolvi para o meu próprio programa de doutoramento (Pimenta 2008a), a que chamei ‘geo-históriografia’ quando se dirige à produção científica no âmbito das ciências históricas, que toma em consideração não apenas a época em que um determinado saber se desenvolve mas também os lugares e territorialidades que a ele estão associados. São quatro as instâncias que podemos considerar na historicidade e geograficidade de um programa de pesquisa científica, e que tomam uma expressão determinada no domínio da geografia histórica do Pensamento histórico: i) o ‘passado do lugar’ recolhe toda a vasta convocação de lugares empíricos, firmados na materialidade documental, que são propostos numa obra ou conjunto de obras de interpretação histórica; ii) a ‘regionalização teórica’ diz respeito à produção mais interpretativa e abstracta que é feita a partir do conjunto dos lugares enunciados em i) de modo a alocá-los diferencialmente e a rerepresentá-los sob a forma de conjuntos que estabelecem relações de identificação e exclusão; iii) a ‘topografia social’ diz respeito à morfologia da rede histórico-geográfica dos autores e instituições que submetem e caucionam um determinado programa de pesquisa, o que é dizer, uma determinada interpretação do passado; finalmente, iv) entende-se por ‘lugar do passado’ a específica função cultural, social, económica, ideológica que essa mesma determinada interpretação do passado ocupa e cumpre na estrutura social mais vasta a que pertence.

Como princípio geral de uma ‘geografia histórica do Conhecimento’, podemos afirmar que qualquer programa de investigação possui uma ‘marca histórica e geográfica’ que o caracteriza e pela qual podemos começar a aceder à sua estruturação mais funda (Livingstone 2003).

No caso da História, este tipo de convocação de lugares do ‘passado’ pode apresentar o aspecto específico de uma enumeração narrativamente alocada de ‘documentos’ que supostamente descrevem ou exprimem a ‘verdade do passado’ ocorrida nesses mesmos lugares. A aparente inocência de uma narrativa assim expressa não deve fazer com que deixemos de tomar em consideração o carácter em parte ‘artificial’ de um ‘constructo’ desta natureza – de facto nada há de ‘natural’ numa organização narrativa e geográfica dos materiais do passado e

com mais ou menos facilidade se podem identificar a técnica, a política e a poética de tais recolhas e assim facilmente reconhecer o seu carácter circunstancial e motivado (Sack 1980).

O arranjo dos materiais documentais numa expressão ‘narrativa’ e geográfica de escalas variadas não constitui o fim dos programas de investigação em História; de facto, nem mesmo as versões mais materialistas e empiricistas se deixam ficar por esta fase de investigação – e têm boas razões epistemológicas para o não fazer, como se dirá mais à frente. O passo seguinte que invariavelmente caracteriza a maior parte dos programas de pesquisa histórica consiste em subsumir o conjunto discreto de pontos que caracteriza o conjunto dos documentos em ‘períodos de tempo’ e ‘áreas de cultura’ que os hierarquizam e relacionam a um nível mais abstracto. Este é um passo epistemológico da maior importância porque nele incidem geografias ‘sociais’ e ‘culturais’ de que os autores podem nem ter sequer uma noção completa (Azevedo 2008).

A alocação teórica da implantação espacial-temporal dos documentos em expressivos ‘períodos’ e ‘áreas’ é inevitavelmente intermediada por uma geografia profundamente estruturada das relações sociais, a que chamamos ‘topografia social’ (Pimenta 2008b). Não é sem consequências para a produção científica, cremos nós, a rede espacial e regional dos autores e instituições relacionados com um determinado programa de pesquisa científico: as nações de origem e os lugares de reunião dos investigadores; os lugares de conservação, apresentação e transmissão quer dos materiais documentais quer das suas generalizações simbólicas e expressões concretas, os museus, as universidades, as sociedades científicas; enfim todos os lugares de ‘produção de ciência’ exibem-se concertadamente numa rede mais vasta que os organiza – esta topografia social repercute-se tanto no momento aparentemente mais ‘neuro’ da consulta arquivística dos materiais documentais como, naturalmente, no da elaboração teórica das interpretações de maior abrangência (Mayhew 2005).

O processo de ‘regionalização’ científica, suportado pela ‘evidência’ da organização espacial-temporal dos materiais documentais e pela mais ou menos ‘subterrânea’ estruturação da ‘topografia social’, é justamente a principal instância em que se exprime a *geografia epistemológica* dos programas de pesquisa e que remete necessariamente para a geografia complexa das relações com o presente dos autores e das instituições (Bourdieu 2004). Deste modo, uma investigação cuidadosa de qualquer programa de investigação histórica deverá sempre aproximar criticamente os limites espaciais desenhados nas culturas do passado com as fronteiras, óbvias ou menos óbvias, que estruturam o presente dos investigadores e das instituições que os suportam (Goonatilake 2003).

É por todas estas razões que antes dizíamos serem boas as razões epistemológicas que recusam às versões materialistas e empiricistas o pressuposto, que eventualmente defendam, de que a simples apresentação dos materiais permite que eles ‘falem por si’.

Sentiremos que este estudo terá cumprido a sua intenção se permitir, no seu termo, defender que a identidade de um investigador e a sua psicologia de pesquisa não estão apenas relacionadas com o tempo em que vivem mas igualmente com as diversas escalas dos espaços em que habitam (Livingstone 1992).

As 'Cidades Medievais' de Henri Pirenne

Em 1925, Henri Pirenne publicaria a obra *Medieval Cities*, materialização em livro de uma série de conferências que, sobre o mesmo tema, o historiador belga havia apresentado três anos antes em várias universidades americanas (Pirenne 1925: vii). Do ponto de vista de uma abordagem geo-histórica, é muito importante tomar em consideração a caracterização propriamente 'geográfica' da recepção das teorias e o facto de esta obra ter sido resultado de uma apresentação do Velho Mundo no Novo não é, parece-nos a nós, sem significado no seu conteúdo descritivo (cf. Lyon 1960, 1974, 1997, para uma caracterização extensiva da biografia científica de Henri Pirenne).

Com este livro, fruto de muitos estudos anteriores e contextualizado no conjunto de uma obra que desenvolveria em outros títulos, alguns deles publicados postumamente (Pirenne, 1922, 1936, 1954), Pirenne deu início, no seio da historiografia europeia, a uma tradição de interpretação sobre a Idade Média, as suas cidades e o papel na desenvolvimento da economia do continente europeu, tese que conheceu enorme sucesso e só mais tarde viria a ser parcialmente posta em causa por novas linhas de investigação que a vieram complementar (Nicholas 1997; McCormick 2001).

No essencial, Pirenne defenderia que a avançada do Islão seria responsável pela transformação radical das condições económicas da Europa ocidental romano-bárbara, por ter cessado irremediavelmente o comércio e navegação mediterrâneas que haviam animado a região desde a dominação de Roma até à dinastia merovíngia. Fecahada sobre si mesma, a Europa desenvolveria uma simples economia de consumo de âmbito local ou fragilmente regional, ao mesmo tempo que desenvolvia um sistema social e político que se adequava à fragilização dos poderes centrais e robustecimento complementar dos senhorios locais.

Nesse contexto, as cidades antigas, vindas da estrutura administrativa e organização económica romanas, viriam a perder as suas funções política, social e económica, sendo abandonadas ou significativamente despovoadas, situação que caracterizaria toda a fase carolíngia do império dos Francos. A situação só começaria a ser invertida pela animação das rotas comerciais alternativas que Veneza e a Escandinávia viriam a estabelecer com o Oriente, por rotas marítimas e continentais.

A partir do século X, uma nova classe de mercadores, alocando-se em novos arrabaldes de antigos centros urbanos militares e eclesiásticos, irá prover a um renascimento económico das cidades medievais, a partir de um comércio de âmbito geográfico progressivamente maior e

que, a partir dos ganhos e prestígio conseguidos, consolida uma nova personalidade jurídica independente da servidão característica da feudalidade.

A tese de Pirenne veio a ser confrontada com novos dados, com origem em documentos e materiais arqueológicos (Hodges e Whitehouse 1983) a que o autor não poderia ter acesso, mas também a partir de novas abordagens interpretativas que enriquecem e suavizam o algum esquematismo do historiador belga e desvalorizam a visão localista do comércio ao longo dos tempos carolíngios, o excessivo ruralismo dos domínios senhoriais eclesiásticos ou laicos (Nicholas 1997). Por outro lado, novas interpretações internalistas remetem para os mecanismos sociais das comunidades os estímulos do seu desenvolvimento e transformação, que prescinde da dura divisão dos mundos urbano e rural (McCormick 2001).

Europa

Se procedermos a uma recolha cartográfica dos lugares do Passado que são convocados a uma escala abrangente do todo continental da Europa, temos a noção clara que existe uma ordem narrativa explícita que apresenta os grandes ‘espaços’ de dominação continental como expressões de ‘civilização’ (Figura 1). Não restam dúvidas de que, para Pirenne, a ordem ‘imperial’ é sinónimo de economia de troca em oposição à simples economia de consumo, de organização social em oposição à dissolução e perturbação, enfim da ‘*res publica*’ em oposição à anarquia ou oligarquia.

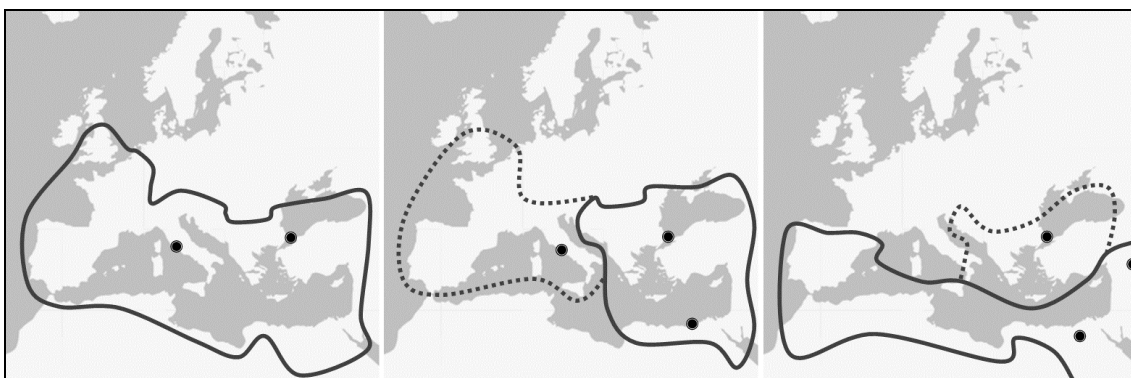


Figura 1 – ‘Europa’

A narrativa de *Medieval Cities* inicia-se com a queda do Império Romano do Ocidente, mas não elege esse momento como especialmente liminar, o que em si representa já uma diferente posição de Pirenne, no contexto da imaginação geográfica dominante ocidental para a qual tradicionalmente este sempre foi o momento de dividir o tempo da Antiguidade do da Idade Média.

O Império Romano é assim a primeira expressão de civilização que podemos ver na obra de Pirenne, que passará os primeiros capítulos justamente a demonstrar como o seu poder

‘civilizacional’ é tão potente que até ao fim da dinastia merovíngia continuou actuante sob a barbarização do império.

Os povos germânicos que finalmente romperam as fronteiras do Império, foram substituindo gradualmente a cultura de que partiam e passando a fazer parte da grandeza romana que pensavam ter conquistado. O Mediterrâneo mantinha-se o eixo económico à escala do continente e desenhava nos pontos e linhas da sua organização aquelas que subsistiam do período anterior.

Esta é uma posição relativamente importante no contexto de uma caracterização geo-historiográfica do autor, porque demonstra a importância de uma concepção de civilização que transcende as linhas artificiais da raça ou da nacionalidade, que o autor sabia serem bem dominantes na epistemologia do seu tempo. Ela revela-se claramente na identificação ‘cultural’ que o autor faz sem favor especial aos representantes iniciais das monarquias merovíngias, não os apoucando ou enaltecendo em comparação com os últimos imperadores romanos.

A investida do Islão não representa, no arranjo ‘cronotópico’ de *Medieval Cities*, o termo de uma civilização, como também era comumente apresentada em muita da historiografia ocidentalista contemporânea do autor – ela representa apenas uma *deslocalização* da organização romana para a margem meridional daquele mar.

Desta nova organização resulta naturalmente o declínio inevitável de uma Europa meridional que com o Império romano detinha o domínio absoluto dos mares. As cidades capitais deste novo Mediterrâneo já não são Roma nem Marselha, mas Constantinopla, Damasco ou Bagdade. A não ser pela herança imperial simbólica reavivada pela Igreja e presente na coroação dos imperadores germânicos, a cidade eterna quase deixa de existir, e não contará mais entre as cidades capitais do novo tempo.

A Europa pertence assim a dois novos impérios, o Árabe e o Bizantino, que são agora os detentores dos valores de civilização que antes se reconheciam em Roma. Como antes, de novo podemos ver em Pirenne como o valor supremo da ‘civilização’ não corresponde aos valores estreitos da raça ou da nacionalidade, mas como ela se encontra nos lugares vivificados pelo comércio, pelos portos e cidades onde a circulação se anima, onde se cruzam gentes de todos os lugares.

A melhor demonstração que podemos ter desta concepção ‘moral’ na geo-historiografia de Pirenne é a caracterização que ele faz do Império Carolíngio. Também ao contrário de muita da historiografia francesa e alemã do seu tempo, aqui vemos como o autor belga desvaloriza o título de ‘império’, que não é mais do que uma transitória organização central que, seguindo a lógica imperial de Roma, se dissolverá na organização fortemente autárquia da feudalidade. Mas mesmo neste episódio, é necessário dizê-lo, vemos a ‘filosofia da história’ de Pirenne sem quaisquer intuitos de apoucamento das figuras carolíngias – estes apenas foram o que as

circunstâncias lhes permitiram que fossem – que não foram verdadeiramente um império porque não havia mais espaço no continente que Bizâncio e Bagdade dominavam.

Na narrativa ‘civilizacional’ de Pirenne, a Idade Média representa o encontro, ou reencontro, da Europa com a dimensão ‘imperial’. Não um império como o de Roma, o Árabe ou o Bizantino, mas de um novo modo de ser, animado por vários centros e já não uma única cidade, com cidades pujantes de comércio e indústria, lideradas por Veneza e Génova, ao sul, ou Bruges e Ghent, ao norte, mas distribuindo a sua benfazeja riqueza por nações inteiras que assumem o destino do continente.

A Europa renasce e passa a prefigurar o que será no futuro: o ‘império do Mundo’. É extremamente curioso que, também nesta transformação cronológica, Pirenne não se identifique com a historiografia sua contemporânea. Em muitas passagens da sua obra se torna claro que, do mesmo modo como não referia o fim da Antiguidade com a queda de Roma, o autor não identificará o fim da Idade Média com a queda da Constantinopla. São outras as escalas de medida e, no contexto da sua concepção ‘civilizacional’ da história da Europa, a Modernidade iniciar-se-ia muito antes do século XV.

Ocidente

Se procedermos a uma recolha cartográfica dos lugares do Passado que são convocados a uma escala que contemple o Ocidente da Europa, podemos constatar que se valoriza, mesmo com as exceções esperadas do século ‘obscuro’ de Carlos Magno, a evolução para uma Europa progressivamente livre (Figura 2) cuja geografia, intercalada entre a ‘Francia’ e a ‘Germania’ – cuja opressiva realidade conheceu como exilado em Kreuzberg, durante a Primeira Guerra Mundial, onde organizaria uma série de conferências para os seus colegas de infortúnio russos (Jacques Pirenne in H. Pirenne 1954:9) – subtilmente se aproxima do Império Médio saído da divisão do estado imperial carolíngio (Pirenne 1909).

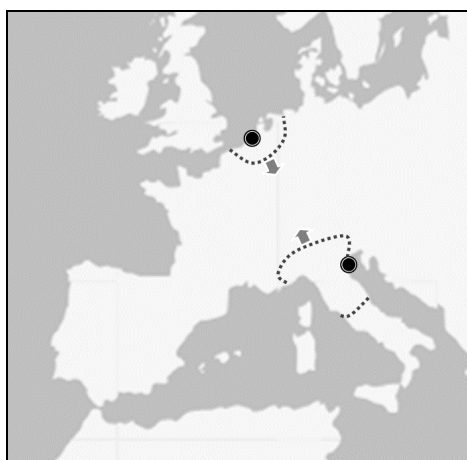


Figura 2 – ‘Ocidente’

A narrativa de *Medieval Cities* incia-se com a apologia de Roma. O Ocidente é, nesse contexto, a orbe romana, e a Europa apenas a sua margem meridional. Pirenne não parte de uma concepção puramente ‘geográfica’ do espaço da narrativa. A ‘Europa’, para este autor, não é apenas o que está para norte do Mediterrâneo e para leste dos Urais, mas o território que participa da ‘civilização europeia’. Assim, antes da investida do Islão, a Europa é Roma, e estende-se pelas duas margens do *mare nostrum*. É especialmente evidente na caracterização que faz da dinâmica do porto de Marselha e da sua influência benfazeja por todo o seu *hinterland*; do modo como as províncias do sul da Gália, a Provença ou a Aquitânia, são as mais ricas, as mais activas, as mais cosmopolitas.

As invasões germânicas seguidas da investida mediterrânica do Islão, com a conquista da Espanha e da Sicília, invertem a ordem que o Ocidente havia herdado de Roma e que, apesar de tudo, ainda se mantivera até ao fim dos tempos merovíngios. Ao contrário do Império do Oriente, que se manteve firme e aproveitou mesmo a nova organização comercial deslocada para levante, os reinos germânicos que sobrevieram ao Império do Ocidente entraram em decadência irrecuperável, e o ‘Ocidente tem de aprender a viver da sua própria substância’.

Do ponto de vista da análise geo-histórica da obra de Pirenne, este é um momento extremamente interessante. Nada existe na sua análise, já o referimos, de valorização excessiva da monarquia dos Francos, nem mesmo de Carlos Magno, a quem manifestamente o autor remete para uma ‘imperialidade’ débil e incomensurável com Bizâncio ou Bagdade. Contudo, apesar do evidente ‘funcionalismo’ económico-social que habita toda a obra, seria errado não ver no arranjo cronotópico de *Medieval Cities* um papel quase teleológico a atribuir-se a este momento especialmente dramático da história do Ocidente. Dir-se-ia que é um momento de decadência previamente necessário à transformação que a levará ao Renascimento e à Reforma. É o momento em que as molas sociais se comprimem lentamente para se libertarem prodigiosamente dois séculos mais tarde. É, finalmente, a determinação de uma ideologia comum, transversal às nacionalidades, o Catolicismo, que será para este mundo ensimesmado a ordem que a determina em todos os seus aspectos, e da qual a escravidão será progressivamente retirada, o que não sucedia na gradiosa Roma da Antiguidade e continuaria em Bizâncio por muitos séculos.

Resta a servidão, é certo, que a Igreja tolera e até promove nos seus próprios domínios, a essência das relações sociais da organização da feudalidade. A sua erradicação depende justamente do episódio final desta narrativa, da criação de uma classe de homens livres nos arrabaldes das cidades, primeiros nos pequenos burgos e nas cidades episcopais que se mantinham de tempos anteriores. Estes ‘burgueses’ vão progressivamente exigindo direito e tribunais próprios, estabelecendo comunas livres nas cidades, contribuindo para o seu enriquecimento, erigindo as novas catedrais, até que o movimento se torna irreprimível e avança para os campos, primeiro entre os artífices que recruta para os mesteres industriais, finalmente

para os camponeses das ‘cidades novas’. No arranjo cronotópico de *Medieval Cities* é impossível não ver como o Ocidente incorpora progressivamente um ideal de liberdade que é a matriz do século contemporâneo de Pirenne.

Flandres

Se procedermos a uma recolha cartográfica dos lugares do Passado que são convocados a uma escala que apenas contemple a Flandres e as regiões suas vizinhas, nenhuma dúvida nos deixa no espírito de que a intenção do autor é a de valorizar uma região que é a expressão e o símbolo do poder da iniciativa que eleva a condição das gentes da cidade, dos pioneiros da aventura da humanidade, e lhes atribui o poder de representarem o que o ser humano tem de mais operoso, e de mais cosmopolita (Figura 3).

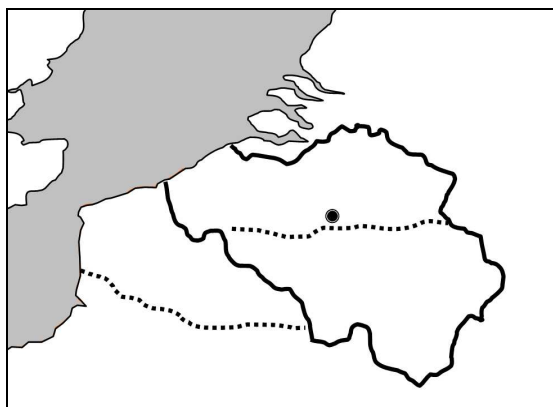


Figura 3 – ‘Flandres’

A região que virá a ser a Flandres é, na narrativa inicial de *Medieval Cities*, um espaço liminar, lugar de encontro entre os mundos da ordem romana e a da barbárie germânica. Nada indica que venha a participar com um papel importante na desenvolvimento da história da Europa, quando Roma domina todo o Mediterrâneo, e a ‘civilização’ chega à Gália pelas ricas províncias do Sul, como a Provença. E, contudo, o leitor é subtilmente advertido de que as fontes documentais muito antigas se referem aos *pallia fresonica*, artigos de um comércio de âmbito relativamente amplo que se organiza a partir dos portos de Quentovic e Duurstede situados na foz dos grandes rios que atravessam os Países Baixos e se lançam no Mar do Norte, portos que se avantajam mesmo a Rouen e Nantes. Não são portos que se comparam a Constantinopla, Nápoles ou Marselha, ou a muitos outros do Mediterrâneo, mas o mote está dado – a dar-se alguma transformação importante que encerre o mercado da Europa através da navegação deste mar, a importância da região setentrional pode vir a ser significativa.

Uma transformação importante foi justamente a investida do Islão. A tomada da Sicília, da Espanha e o domínio da navegação do Mediterrâneo tornaram os portos do sul da Europa ocidental inoperantes, a todos levando, com excepção dos que Bizâncio ainda possuía no sul da

Península Itálica, a uma quase irreversível decadência. A Europa carolíngia fecha-se sobre si própria, não produz mais do que o necessário para animar algumas feiras cíclicas e mercados ocasionais. É justamente neste momento que se irá afirmar o Mar do Norte como alternativa. Os escandinavos organizam redes de circulação que atingem o Mediterrâneo por rotas oceânicas e o Mar Negro e a cosmopolita Constantinopla por rotas continentais através da Rússia meridional.

Mas, como Pirenne explicitamente reconhece na frase com que encerra *Medieval Cities*, e que citamos como epígrafe deste estudo, um papel mais importante estava para ser cumprido por esta pequena região do Europa, intercalada entre o senhorio da Normandia e o Mar do Norte. A par da Itália, desenvolve uma classe de homens livres, a ‘burguesia’, que organiza o comércio e a indústria das suas cidades, viaja por terra e por mar e põe em contacto gentes de todo o mundo conhecido ou exótico. No sul da Europa, Veneza antes de todas, mas também Génova, Pisa ou Florença, sem esquecer todas aquelas que a animação do comércio e o incentivo da indústria fazem surgir na Lombardia; no norte da Europa, Bruges antes de todas, mas também Ghent ou Lille, juntamente com todas as demais que se verão surgir por toda a Flandres.

Porém, algo diferencia a Flandres da Itália do Norte, e este elemento parece ser geohistoriograficamente muito significativo: as cidades italianas são herdeiras da Antiguidade, e nelas não havia desaparecido totalmente a organização que lhe advinha do passado e nelas se verá, por exemplo, residências da nobreza que na Europa mais a norte é quase exclusivamente rural. Tudo se passa como se, na narrativa pirenniana, a Flandres possuísse uma radicalidade que a Itália do Norte não possui, um elemento novo para um tempo novo, em que a iniciativa de uma classe urbana progressivamente autónoma fosse condição para uma ordem cosmopolita e que contém já em potência o espírito da Modernidade, o mesmo espírito que na região os séculos XVI e XVII irão tornar realidade.

Escala geográfica e identidade epistemológica

A escala continental da ‘Europa’ pode associar-se, em Pirenne, à ideia de ‘civilização’. Esta é, antes de mais, a imperial romana, não a de nome, que terminaria com os últimos imperadores, mas a de facto, que apesar de ser barbarizada pelos invasores germânicos impôs a estes a sua estrutura económica e social. A ‘civilização’ é a que, a seguir, organiza o Mediterrâneo oriental sobre a dupla dominação dos Impérios Bizantino e Árabe e onde não cabe, por isso, uma pseudo-imperialidade dos carolíngios. No fim da narrativa de *Medieval Cities* torna-se claro que a Europa é a herdeira da narrativa cronotópica da evolução da ‘civilização’. Herdeira longínqua de Roma e mais próxima, de Bizâncio, e até do Islão através da inefável Veneza, a Europa robustece durante a Idade Média o poder económico e a organização social que lhe permitirá assumir a dianteira da dominação da orbe. Esta, ao contrário

da romana, irá ultrapassar os limite do Mediterrâneo e estender-se a todo o planeta – fá-lo-á mais tarde, mas serão as heranças de todos estes ‘impérios’ que a tornarão possível.

A escala do ‘Ocidente’ pode associar-se, em Pirenne, a uma concepção da ‘liberdade’. Em Roma, esta é, antes do mais, o poder de lei, da cidadania e da ‘*res publica*’, tornada efectiva na organização municipal das cidades, onde o *defensor civitatis* é a expressão mais nobre. Se os tempos da ‘decadência carolíngia’ vêm surgir, irreprimível, a autarcização funcional da feudalidade, este é também um tempo da definição ideológica do Ocidente associada à Igreja de Roma, em oposição ao mundo de Bizâncio com o qual tem cada vez menos em comum, apesar de todos os juramentos de mútua fidelidade e de espíritos de cruzada. A cidade medieval cumprirá a voluta final deste ciclo, recuperando o carácter municipal da organização das suas comunas, criando uma classe de homens livres e garantindo, através de uma igreja permeada pelas novas ordens mendicantes, uma influência universal em todo o Ocidente.

À escala regional da ‘Flandres’ pode associar-se, em Pirenne, a ideia de ‘cosmopolitismo’ e de vida de relação. A Flandres é, antes do mais, desde o tempo da dominação romana, o lugar de encontro entre os dois mundos irredutíveis do Império e da barbárie. Será seguidamente um lugar intersticial da organização da Europa franca, intercalado entre uma França de organização plenamente feudal e uma semelhante organização alemã a que apesar de tudo é possível apor uma ideia imperial. Será finalmente, ao longo da Idade Média, a região de encontro entre as cidades livres da burguesia e os domínios senhoriais da nobreza e do clero, assim como será o lugar de fusão dos mundos vernaculares das línguas latinas e germânicas.

Não é nossa intenção simplificar as imensas influências que determinam a psicologia de pesquisa de um historiador com a dimensão de Henri Pirenne, mas dentro da proposta ‘geohistóriográfica’ que apresentamos na introdução deste estudo, não será possível:

i) detectar, na valorização narrativa dos ‘impérios’ como centros de civilização, a influência e interventiva comunhão com a ideia imperial que animava a Europa na sua relação com o resto do mundo? Este é o momento da extensão máxima da dominação colonial, desse período que assiste à colonização efectiva de África, no seguimento da conferência de Berlim, em que à Bélgica, personalizada no seu rei, cabe uma porção de território quase do tamanho de toda a Europa e dezenas de vezes mais vasta do que metrópole que sobre ela tem jurisdição.

ii) detectar, na valorização narrativa do ‘Ocidente’ como lugar de conquista progressiva da liberdade, a influência da ideia liberal que animava sobretudo a Europa ocidental ao longo de todo o século dezanove, de que a independência da própria pátria de Pirenne em 1830 foi um óbvio efeito? (Pirenne 1915). Sobretudo, se tivermos em conta que as histórias-geografias da Europa ocidental e oriental são a este respeito muito diferentes, em certo sentido totalmente opostas: a Ocidente, nacionalidades que, associando os modelos revolucionário de 1789 e parlamentar inglês aboliram, quase sem excepção, os regimes absolutistas herdados do século

anterior; a Oriente, uma dissolução das nações no seio de dois ou três estados imperiais cuja organização só terminaria no fim da Primeira Guerra Mundial.

iii) detectar, na valorização narrativa da ‘Flandres’ como lugar de encontro dos mais diversos e, por vezes, irredutíveis cruzamentos, a influência de uma certa urbanidade de *fin-de-siècle*, plasmada na renovação arquitectónica de Bruxelas, e que podemos ver materializada na indistinção com que Pirenne convoca para as suas *Medieval Cities* uma cartografia que se estende para lá das fronteiras do estado recentemente independente, incluindo as cidades que a França imperial havia tomado um século antes, adicionando os restantes vizinhos dos Países Baixos e até da Alemanha renana, num sentido profundo de ‘*belgitude*’, entendido não como estrito nacionalismo mas a expressão do ‘lugar’ como vida de relação cosmopolita?

Volto agora ao que de início se propôs. Uma vez efectuada esta viagem epistemológica talvez a obra *Medieval Cities* de Henri Pirenne nos apareça aos nossos olhos de uma outra maneira e possa expressar de que modo um programa de investigação histórica é sempre uma convocação geográfica de lugares com sentidos e fundamentos diversificados. E desejamos que seja, acima de tudo, uma ilustração suficientemente capaz de demonstrar que o encontro transdisciplinar fecundo entre a História e a Geografia tem lugar na investigação e de que a história da Ciência e do Conhecimento – e assim também do Pensamento histórico – fica fatalmente incompleta sem a sua correspondente geografia.

Bibliografia

Obras de Henri Pirenne consultadas

Pirenne, H. (1909). ‘The formation and constitution of the Burgundian State (Fifteenth and Sixteenth centuries)’. *The American Historical Review*. 14 (3). Apr., 477-502.

Pirenne, H. (1915). *Belgian democracy: its early history*. Manchester. Manchester University Press.

Pirenne, H. (1922). ‘Mahomet et Charlemagne’. *Revue belge de Philologie et d’Histoire*. 1. Jan., 77-86

Pirenne, H. (1925). *The Medieval Cities: their origins and the revival of trade*. Princeton: Princeton University Press.

Pirenne, H. (1936). *An economic and social history of Medieval Europe*. Repr. 2006. Oxford: Routledge.

Pirenne, H. (1954). *Mohammed and Charlemagne*. London: Allen & Unwin.

Crítica

Azevedo, A. F. (2008). *A ideia de paisagem*. Porto: Figueirinhas.

Bourdieu, P. (2004). *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Ed. 70.

- Goonatilake, R. (2003). 'The historical geopolitics of knowledge'. *Science Studies* 16 (2): p. 48-60.
- Hodges, R. e Whitehouse, D. (1983). *Mohammed, Charlemagne and the origin of Europe: archaeology and the Pirenne thesis*. London: Duckworth.
- Nicholas, D. (1997). *The growth of the medieval city from late antiquity to the early fourteenth century*. London: Duckworth.
- Livingstone, D. N. (1992). *The geographical tradition*. London: Routledge.
- Livingstone, D. N. (2003). *Putting science in its place. Geographies of scientific knowledge*. Chicago: Chicago University Press.
- Lyon, B. (1960). 'L'oeuvre de Henri Pirenne après vingt-cinq ans'. *Le Moyen Age*, 66: 437-493.
- Lyon, B. (1974). *Henri Pirenne: a biographical and intellectual study*. Ghent: E. Story-Scientia.
- Lyon, B. (1997). 'Henri Pirenne's "Réflexions d'un solitaire" and his reevaluation of history'. *Journal of Medieval History*, 23 (3), Sep., 285-299.
- McCormick, M. (2001). *Origins of the European Economy. Communications and Commerce, 300-900*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mayhew, R. (2005). 'Mapping science's imagined community: geography as Republic of Letters'. *British Journal for the History of Science* 38 (1): p. 1-12.
- Pimenta, J. R. (2007a). *Geo-historiografia da Cultura Castreja*. Porto: Figueirinhas.
- Pimenta, J. R. (2007b). 'O modo de representação colonial na produção científica das paisagens imaginárias do Passado: a geo-historiografia dos 'Belgae' na Arqueologia oitocentista portuguesa'. In J.R. Pimenta, J. Sarmiento e A. F. De Azevedo (coord.), *Geografias pós-coloniais*, p. 111-142. Porto: Figueirinhas.
- Pimenta, J. R. (2008a). *O lugar do Passado em Martins Sarmiento*. Porto: Figueirinhas.
- Pimenta, J. R. (2008b). 'A topografia social do Entre-Douro-e-Minho nos finais do século XIX e a sua influência na regionalização teórica dos programas de investigação arqueológica'. *Actas do Congresso Comemorativo do Centenário da Morte de Alberto Sampaio*. Guimarães e Famalicão: Sociedade Martins Sarmiento e Câmara Municipal de Guimarães.
- Pimenta, J. R. (2008c). 'Geo-historiografia do programa de investigação arqueológica de Santos Júnior'. *Actas do Congresso Transfronteiriço de Arqueologia*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.
- Postan, M. (1973). *Essays on medieval agriculture and general problems of the medieval economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sack, R. (1980). *Conceptions of space in social thought*. London: McMillan.